

Queda na fiscalização na Amazônia fez dobrar emissões de carbono sob Bolsonaro

F webcache.googleusercontent.com/search

Phillippe Watanabe

23 de agosto de 2023

Quedas expressivas na fiscalização ambiental nos dois primeiros anos do governo Jair Bolsonaro (PL), ou seja, 2019 e 2020, tiveram responsabilidade central em uma explosão nas emissões de gases-estufa na Amazônia.

Mesmo sem condições de seca severa, o que potencializa queimadas, as emissões nesses dois anos foram tão elevadas quanto as vistas durante o El Niño extremo registrado em 2015 e 2016 —que levou a alguns dos mais elevados graus de crescimento de CO₂ atmosférico já vistos.

Essas conclusões fazem parte de uma pesquisa publicada na revista Nature, um dos principais periódicos científicos do mundo, nesta quarta-feira (23).

O governo Bolsonaro ficou marcado por discursos do próprio presidente e de membros do seu governo que relativizaram a importância da fiscalização contra crimes ambientais e a gravidade da destruição da floresta.

Os cientistas autores do estudo, entre eles pesquisadores do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), compararam as emissões registradas em 2019 e 2020 com a média do período 2010-2018.

Segundo os pesquisadores, apesar de desde 2018 o desmatamento ter aumentado em 80%, "como consequência da redução de políticas públicas, observamos uma redução de 50% nas multas".

"Nós estimamos que as emissões tenham dobrado nos anos de 2019 e 2020, em comparação ao período 2010-2018, como consequência dessas mudanças, e, em 2020, também por estresse climático", afirma o artigo, que tem como principal autora a pesquisadora Luciana Gatti, do Inpe.

Olhando os anos individualmente e sempre em comparação ao período-base (2010-2018), em 2019 houve um aumento de 89% nas emissões de carbono. Em 2020, o crescimento foi de 122%.

A média de emissões no período 2010-2018 foi de 0,88 bilhões de toneladas de CO₂; em 2019, de 1,61 bilhões de toneladas de CO₂; e, em 2020, de 1,91 bilhões de toneladas de CO₂.

O cenário de crescimento de emissões em 2019 é explicado, segundo os autores, por um aumento de 82% no desmatamento e de 14% na área queimada na Amazônia. Como precipitação e temperatura se mantiveram dentro da variabilidade esperada, as condições climáticas não explicam o salto acentuado.

Já em 2020, a explosão de emissões esteve relacionada a um aumento de 77% no desmatamento e de 42% na área queimada, mas também a uma redução de 12% na precipitação anual —que ocorreu predominantemente na estação chuvosa, de janeiro a março, quando também se viu um aumento de temperatura de 0,6°C.

No último ano do governo Bolsonaro, em 2022, o Prodes registrou mais de 11 mil km² de desmatamento na Amazônia Pedro Ladeira/Folhapress

Menor precipitação e maiores temperaturas levam a condições de estresse para a floresta e para as árvores, afetando o balanço entre fotossíntese (quando ocorre a captura de CO₂) e respiração (quando ocorre a liberação de CO₂) e, conseqüentemente, o cenário de emissões de gás carbônico.

"Independentemente de ser resultado de uma respiração aprimorada, de decomposição ou fogo associado ao desmatamento e degradação, nossos resultados de fluxo de carbono mostram que a Amazônia está emitindo mais carbono, amplificando as conseqüências para a mudança climática global", destacam os cientistas.

A derrubada de floresta diminui a evapotranspiração e as chuvas, aumenta as temperaturas e também a vulnerabilidade ao fogo. "Aquecimentos global e regional são sinérgicos e se reforçam mutuamente", ressaltam os autores.

O estudo lembra que a Amazônia era um importante agente de sequestro de carbono no passado recente, mas que tal potencial tem sido diminuído especialmente por causa da mortalidade de árvores, que é resultado de desmatamento e mudança climática.

Em cerca de meio século, os humanos devastaram aproximadamente 18% da Amazônia, sendo que 14% foram convertidos para agropecuária, especialmente para pasto.

Gatti, em entrevista nesta quarta, ressaltou o papel central no aumento de emissões de Mato Grosso e da metade de baixo do Pará, áreas já conhecidas pelos elevados índices de desmatamento.

"Eu acho que a gente devia declarar estado de emergência [nesse local]", disse a pesquisadora do Inpe. "Desmatamento zero já e um monte de planos de restauração florestal. Essa área da Amazônia está perto do ponto de não retorno [quando o desmate extrapola limite que permite a recuperação da floresta]."

Ainda se referindo a essa região, Gatti citou que, nos últimos 40 anos, considerando os meses de agosto, setembro e outubro, a temperatura média aumentou em torno de 2,5°C.

Como o estudo foi feito

Para calcular as emissões de gases-estufa, os pesquisadores sobrevoaram quatro áreas da floresta amazônica, em diferentes altitudes, para coletar amostras.

De 2010 a 2020, foram feitos 742 perfis verticais do ar sobre a floresta. As amostras foram coletadas cerca de duas vezes por mês em cada área, entre 12h e 13h (no horário local). As amostras de gases foram então analisadas no Inpe.

Além de olhar para os gases-estufa, os cientistas fizeram o levantamento das multas aplicadas pelos órgãos de fiscalização.

"O aumento das taxas de desmatamento juntamente com as emissões mais altas coincidem com o declínio das agências federais responsáveis pela fiscalização na região, especialmente depois de 2018", afirmam os autores, que destacam ainda que o número de autuações e julgamentos que resultaram em multas pagas atingiram o menor patamar da última década.

Em relação à média do desmate registrado no período 2010-2018, os anos de 2019 e 2020 tiveram aumentos de 82% e 77%, respectivamente, na destruição da floresta.

A média de autuações na Amazônia de 2010 a 2018 era de 4.734 para crimes contra a flora, os quais, em sua maioria, dizem respeito a desmatamento.

Já em 2019, as autuações caíram para 3.331 e, em 2020, para 2.193, o que representa quase metade do número do período-base. A queda no número de multas pagas até o ano subsequente teve uma diminuição mais drástica ainda, com um mergulho de 74% em 2019 e 89% em 2020.

Os autores da pesquisa citam que o senso de impunidade influenciou o desmatamento após 2012 e o acelerou após 2018.

Entre as ações que ajudaram na contenção do desmatamento anteriormente, os pesquisadores citam a combinação de políticas pública e privada, como a expansão de áreas protegidas —medida constantemente atacada por Bolsonaro—, a implementação do Deter —monitoramento quase em tempo real de derrubada de floresta—, e o PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal) —programa que foi interrompido por Bolsonaro e recentemente retomado sob o governo Lula (PT).